



PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) EM DOM PEDRITO (RS): UM ESTUDO SOBRE IMPLANTAÇÃO, EXECUÇÃO, LIMITES E DESAFIOS

Food acquisition program from Dom Pedrito (RS): a study on implementation, implementation, limits and challenges

Mauricio Guazina Lopes¹

Shirley Grazieli da Silva Nascimento²

Daniel Hanke³

Mariana Rockenbach de Ávila⁴

RESUMO

Neste estudo, avaliou-se de que forma ocorreu a implementação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no município de Dom Pedrito (RS). Além disso, buscou-se descrever o perfil socioeconômico dos agricultores familiares, verificar o potencial do programa para alavancar diversificação produtiva e identificar a percepção dos agricultores sobre o PAA apontando vantagens e desvantagens. A coleta de dados se deu por meio de entrevistas em profundidade, com um roteiro semiestruturado com questões abertas e fechadas. Fizeram parte do público-alvo gestores e agricultores familiares que atuam no programa. As imersões em campo ocorreram nos meses de fevereiro a abril de 2019. Os dados foram processados e analisados por meio da ferramenta de análise textual de discurso (ATD). Os resultados

¹ Graduado em Tecnologia em Agronegócio - Universidade Federal do Pampa. Endereço eletrônico: mauricio_glopes@hotmail.com

² Professora Adjunta na Universidade Federal do Pampa, RS, Brasil. Professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais. Membro do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Agroecologia e Políticas Públicas para Agricultura Familiar (NUPEAR/UFPel). Endereço eletrônico: nascimento.shy@gmail.com

³ Professor Adjunto da Universidade Federal do Pampa, RS, Brasil. Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Agroecologia e Manejo e Conservação do Solo. Endereço eletrônico: danielhanke@unipampa.edu.br

⁴ Doutora em Zootecnia - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pesquisadora Visitante na Embrapa Clima Temperado, Pelotas, RS. Endereço eletrônico: marianarockenbacha@hotmail.com

apontam a incipiência de abrangência do programa no município em razão da desarticulação do poder público em torno do programa. O retorno dado pelas autoridades não é percebido pelos agricultores, o que pode ser explicado pelo pouco tempo de execução do programa e pelo número baixo de agricultores inseridos. Mesmo assim, evidenciam-se vantagens em razão de agregação de valor aos produtos, aumento da renda e venda certa da produção, o que reflete na qualidade de vida dos agricultores. Ainda que com dificuldades, o programa cumpre sua função primordial, ou seja, a valorização da agricultura familiar.

Palavras-chave: políticas públicas; segurança alimentar; articulação pública.

ABSTRACT

This study aims to analyze the implementation of the Food Acquisition Program in the municipality of Dom Pedrito, RS. In addition, to describing the profile of the family farmers, to find out which institutions make food purchases through the PPA and the public benefited, and discuss the difficulties that farmers encounter when accessing the program. A semi-structured questionnaire was then used with family farmers who work in the program. The primary data collection occurred with field immersions from February to April 2019. Data were processed and analyzed using the textual analysis of speech (ATD) tool. The results demonstrate an incipience of scope of the program in the municipality, due to the disarticulation of the public power around the program. The return given by the authorities is not perceived by the farmers, and can be explained by the short execution time of the program and the low number of farmers inserted. Even so, has advantages to the aggregation of value to the products, increase of the income and certain sale of the production, reflecting in the quality of life of the farmers, and even with difficulties, fulfilling its primordial function, that is, the valuation of family farming.

Key Words: public policies; food security; public articulation.

1. INTRODUÇÃO

A agricultura brasileira se destaca como uma das mais importantes do mundo em termos de produção e de exportação de alimentos, principalmente grãos, representando uma fonte de alimentos e de matéria-prima para muitos países.

Nesse âmbito, entre os diversos tipos de agricultores e modos de produção, existe a agricultura familiar, considerada como uma categoria social de produção reconhecida pela sociedade brasileira por

suas contribuições materiais e imateriais, sendo encontrada em extensas e importantes regiões do país e há muitos anos, ainda que ameaçada pela falta de políticas públicas e pelo êxodo rural (BERGAMASCO; DELGADO, 2017).

Com o passar do tempo, as discussões sobre a agricultura familiar vêm intensificando-se, tendo em vista a relevância alcançada por esse tipo de produção em termos econômicos, sociais e

políticos. No Brasil, o segmento exerce um importante papel na segurança alimentar e nutricional, na proteção ao meio ambiente, na geração de emprego e renda e no desenvolvimento local. Contudo, as forças despendidas na direção dessa parcela de agricultores familiares não se equivalem ao processo realizado para auxiliar grandes empreendimentos rurais (SILVA; COSTA; GUIMARÃES, 2016).

As noções de desenvolvimento rural fizeram com que, a partir da década de 1980, a agricultura considerada como de pequena escala detivesse maior atenção no que diz respeito às políticas públicas governamentais, pois o segmento foi caracterizado como uma forma de alcançar uma diferente configuração econômica, valorizando não só a questão financeira, mas as de qualidade de vida, trabalho e permanência das pessoas no campo (CORÁ; IZUKA; JUNQUEIRA, 2016).

Analisando o contexto da agricultura familiar no Brasil e as políticas públicas, constata-se que algumas ações foram realizadas para fomentar esse segmento nos últimos anos, como políticas criadas com o intuito de beneficiar os agricultores familiares e que abrangem diferentes características, como o acesso a benefícios sociais por meio da previdência social rural, linhas de crédito para

produção e investimento agrícola por intermédio do PRONAF, compra de alimentos da agricultura familiar por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), (SILVA; COSTA; GUIMARÃES, 2016).

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), hoje extinto⁵, caracterizou o PAA como um programa do governo federal, criado em 2003, para colaborar no enfrentamento da fome no país e no fortalecimento da agricultura familiar, estimulando a agregação de valor de seus produtos por meio do pagamento de um adicional de 30% para os produtos adquiridos pelo governo diretamente dos agricultores, assentados da reforma agrária, indígenas e demais participantes do programa, para que posteriormente fossem distribuídos para a população em condições de vulnerabilidade social (MDA, 2016).

A criação do PAA sinalizou um novo estágio no que se refere às políticas de fortalecimento da agricultura familiar, particularmente no que diz respeito à questão da comercialização em sua relação

⁵ O Ministério do Desenvolvimento Agrário foi extinto no ano de 2016 pelo governo do Brasil, sendo transformado em uma secretaria de acordo com o Decreto nº. 8.865, de 29 de setembro de 2016.

com as temáticas do abastecimento e da segurança alimentar e nutricional. Um dos aspectos inovadores desse instrumento de política pública consiste no esforço por integrar, não apenas em sua concepção, mas também nos aspectos práticos de sua operacionalização, dimensões relacionadas à política agrícola e de segurança alimentar e nutricional (SCHMITT, 2005).

Este estudo teve por finalidade elucidar como se deu a articulação e a execução do PAA no município, visto que começou a operar em 2018, ou seja, 15 anos após o governo federal ter dado o *start* nacional no programa⁶. Assim, constituiu uma iniciativa de divulgar e dar publicidade a políticas públicas acerca da agricultura familiar, principalmente o PAA, objeto de estudo desta pesquisa, que exerce função social e econômica extremamente importante para os agricultores familiares e para o desenvolvimento rural e regional de municípios do interior, como Dom Pedrito.

Nesta perspectiva, buscou-se analisar: a) como se deu a implementação do PAA no município; b) o perfil socioeconômico dos agricultores familiares vinculados ao programa; c) o potencial do programa para alavancar diversificação

produtiva; e d) a percepção dos agricultores sobre o PAA, apontando vantagens e desvantagens.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Agricultura familiar

O surgimento e o reconhecimento da agricultura familiar no Brasil é muito recente e se deve a três fatores igualmente importantes. O primeiro tem a ver com a retomada do papel do movimento sindical após o fim da ditadura militar; o segundo está relacionado ao papel dos mediadores e intelectuais, especialmente cientistas sociais, que debateram o tema no início da década de 1990; e o terceiro fator está relacionado ao papel do Estado e das políticas públicas, que passaram a reconhecer esse setor e a dar-lhe visibilidade a partir da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF, 2018).

Freitas, Freitas e Dias (2012) destacam, ainda, que:

[...] a trajetória das discussões em torno da *agricultura familiar* e de seu papel como categoria social e política para a sociedade brasileira. É importante reconhecer que o que se denomina atualmente agricultura familiar sempre existiu como meio de organização do trabalho e da vida nos espaços rurais brasileiros. O termo, no entanto, é ressignificado e ganha

⁶ Para maiores detalhes, ler art. 19 da Lei nº. 10.696, de 02 de julho de 2003.

relevância como categoria social e política no contexto de mudanças sociais que se desdobram a partir de meados dos anos 1980 (FREITAS; FREITAS; DIAS, 2012, p. 1582).

A agricultura familiar recebeu várias definições, sendo caracterizada, por exemplo, como agricultura de subsistência, de pequena produção e de pobreza rural (BEZERRA; MADALENA, 2017). A partir dos anos de 1990, esse segmento foi reconhecido pela sua categoria social e produtiva, e políticas públicas foram criadas e implantadas a seu favor. Destaca-se que, até antes desse período, as políticas públicas eram destinadas às médias e às grandes propriedades (ESQUERDO-SOUZA; BERGAMASCO, 2015).

No Brasil, a partir de 2006, foram definidos alguns critérios que determinam o pertencimento, ou não, de uma produção agrícola a um contexto familiar. De acordo com a Lei nº. 11.326/2006, para ser considerada agricultora familiar, é preciso que a propriedade tenha, no máximo, quatro módulos fiscais (o que varia conforme o município e a proximidade maior ou menor com as zonas urbana e rural), que seja utilizada predominantemente mão de obra da própria família e que a base de sustentação da renda familiar tenha origem nas atividades econômicas vinculadas ao

próprio empreendimento (MACEDO et al., 2014).

De acordo com a Lei Federal nº. 11.326, de 24 de julho de 2006, no artigo 3º (BRASIL, 2006), são destacadas como características primordiais para se enquadrar como agricultores familiares:

- (i) Não possuir área maior do que quatro módulos fiscais;
- (ii) A mão de obra utilizada nas atividades econômicas ser predominantemente familiar;
- (iii) O maior percentual da renda deve ser obtido das atividades econômicas do estabelecimento.

Como agricultura familiar tradicional, entende-se, neste estudo, os agricultores enquadrados na Lei Federal nº. 11.326, de 24 de julho de 2006, não pertencentes à reforma agrária.

A contribuição da agricultura familiar para a produção agropecuária não é pequena, pois 38% do valor da produção e 34% do total das receitas do agronegócio brasileiro advêm desse setor. Apesar de os estabelecimentos não familiares representarem apenas 16% do total de unidades, ocupam 76% da área de terra e geram a maior parte do valor da produção

(62%) e da receita (66%) (SERGIO; ABEL, 2013).

Para compreender por que a categoria social agricultura familiar é um fato recente no Brasil e como se situa em relação ao conjunto da estrutura agrária, é preciso retomar um pouco a sua história, mesmo que sinteticamente.

A formação do que hoje se denomina agricultura familiar se inscreve no processo mais geral de formação histórica da estrutura agrária dual que caracteriza a formação social do Brasil. Em larga medida, trata-se de compreender o próprio processo histórico de ocupação territorial e a formação da sociedade brasileira desde o período da colonização portuguesa (SERGIO; ABEL, 2013).

Segundo Veiga et al. (2001), mesmo havendo uma demonstração clara da atividade econômica da agricultura familiar, no Brasil, há necessidade de expansão e fortalecimento dos agricultores familiares, já que a sua consolidação implica tanto atividades rurais e agrícolas quanto não agrícolas, necessárias para o atendimento das demandas locais e do desenvolvimento rural.

2.2 Políticas públicas para segurança alimentar

No Brasil, as primeiras ações governamentais na área da alimentação foram iniciadas na década de 1910, com base no controle de estoques e no tabelamento de preços de alimentos. No entanto, iniciativas de construção de uma política de âmbito nacional, integrada por diferentes instituições e ministérios, são posteriores (BURLANDY, 2009).

Para Freitas, Freitas e Dias (2016), a tendência de mudança de olhares a respeito das políticas públicas se deu da seguinte forma:

Políticas antes voltadas à subsídios agrícolas, ao crédito para financiar a aquisição de “avançados” sistemas tecnológicos e incentivar a produção, estiveram relacionados ao período de modernização da agricultura, no qual desenvolvimento era compreendido como sinônimo de desenvolvimento econômico. Atualmente, com a crise de desenvolvimento consolidado pela modernização, as políticas públicas ganham novos contornos, com especial atenção à forte tendência à participação social, ao foco na agricultura familiar e no acesso à terra. Esses temas dialogaram com a emergência recente da abordagem territorial (FREITAS, FREITAS, DIAS, 2012, p. 1594).

Segundo o que relatam Silva, Grossi e França (2010), a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PSAN) começou a ser colocada em prática no país durante o governo de Itamar Franco (1993-1994), utilizando como base uma proposta de autoria do Partido dos Trabalhadores (PT) de dois anos antes (1991). Os autores ainda relatam que:

A Ação da Cidadania contra a Fome e a Miséria e pela Vida, em 1993, colaborou para o surgimento de um movimento social muito amplo, liderado pelo sociólogo Herbert de Souza, que se expressou na formação de milhares de comitês de solidariedade e combate à fome. Essa mobilização representou um enorme ganho de legitimidade para o governo, dando vitalidade ao Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA⁷) recém-criado (SILVA; GROSSI; FRANÇA, 2010, p. 16).

A partir dos anos 2000, com o surgimento da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), o tema ganhou maior atenção devido às várias discussões acerca das consequências da modernização da agricultura relacionada à produção de alimentos e a pequenos agricultores familiares (GONÇALVES et al., 2011). Tal momento colocou em pauta pela primeira vez a importância das políticas públicas voltadas para a segurança alimentar e nutricional, dando ênfase à resolução de problemas e às inúmeras causas da insegurança alimentar (PINHEIRO, 2009). Contudo, todas as discussões da época se dissolveram com o tempo e, segundo Silva, Grossi e França (2010, p. 16), hoje, no país, não existe uma política de

segurança alimentar concreta, o que existe, segundo os autores, é:

[...] o crescimento de iniciativas municipais, estaduais e da sociedade civil para atender a população carente. As propostas atuais do governo federal têm caráter meramente localizado e visam, geralmente, à suplementação de renda para famílias pobres, com valores que não são suficientes para eliminar a fome (SILVA; GROSSI; FRANÇA, 2010, p. 16).

Mesmo que a realidade do país seja a de não existência de uma política de segurança alimentar rigorosamente delimitada, surgiram, ao longo dos anos, inúmeros decretos e emendas constitucionais (EC) que cada vez mais discutiram os aspectos da insegurança alimentar, como, por exemplo, a EC nº. 64, de fevereiro de 2010, constituída com o intuito de incluir a alimentação como direito social, modificando a atuação do Estado (ALTEMBURG, 2014).

Nessa condição, em que o Estado se torna responsável por garantir a oferta de alimentos adequados aos cidadãos – o que, por meio da legislação, vem sofrendo ajustes com o passar do tempo –, pode-se aferir que cada vez mais a preocupação com a alimentação das pessoas está sendo fortalecida no cenário político do país, buscando colocar em prática um novo método de alimentação no Brasil e tentando modificar os conceitos que a industrialização expôs aos consumidores (ALTEMBURG, 2014).

Os esforços desenvolvidos pelos governos anteriores na tentativa de

⁷ Na atualidade, assistimos à dissolução do CONSEA pelo atual governo. Essa ação representa uma grande perda para a sociedade, pois esse conselho vinha, desde a década de 1980, contribuindo expressivamente para colocar em pauta a importância de consolidar políticas de apoio à segurança alimentar e nutricional.

implantar uma política nacional de segurança alimentar e nutricional contribuíram para a articulação entre as políticas de fortalecimento da agricultura familiar e para os objetivos estratégicos estabelecidos pelo governo no campo do combate à fome e à desnutrição.

O PAA, por exemplo, veio para suprir uma lacuna existente a respeito do apoio à comercialização da agricultura familiar, propiciando a milhares de pequenos agricultores o acesso a mecanismos de sustentação de preços e de renda que, até então, não atingiam esse segmento (SCHMITT, 2005).

2.3 Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi criado em julho de 2003, por meio do artigo 19 da Lei nº. 10.696, e desenvolvido com a função de integrar as necessidades de acesso a alimentos e a agricultura familiar, unindo políticas de segurança alimentar e políticas agrícolas (SCHMITT, 2005), em conjunto com outras políticas públicas provenientes do Programa Fome Zero (PFZ), que, segundo Becker e Anjos (2010), foi “um grande marco por meio do qual se aglutina um conjunto de programas de intervenção,

tanto de caráter imediato quanto de natureza estrutural, implementados por meio de instrumentos de políticas públicas” (BECKER; ANJOS, 2010, p. 63). O Programa Fome Zero é uma parte estratégica da política brasileira de segurança alimentar e nutricional.

O PAA foi instituído com a finalidade de incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de alimentos de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos. Assim, tem como objetivo central:

[...] garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar (BRASIL, 2010).

A criação do programa teve início a partir das discussões da época acerca da segurança alimentar e do fortalecimento da agricultura familiar como importante fator social, como relatam Grisa et al. (2010):

Primeiramente, o Programa traz a discussão da segurança alimentar e nutricional, debate que se intensifica a partir do final da década de 1980, tem impulso e retração nos anos 1990 e encontra maior espaço no governo Lula a partir de 2003. Em segundo lugar, contribui para o reconhecimento da agricultura familiar, que já havia ganho maior expressão com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da

Agricultura Familiar (PRONAF) em 1996 (GRISA et al., 2010, p. 139).

O documento avalia que a incorporação ao mercado de consumo dos segmentos da população excluídos do mercado de trabalho, e/ou com renda insuficiente para garantir uma alimentação digna a suas famílias, dependerá de uma intervenção, por parte do Estado, segundo Schmitt (2005), visando:

- (i) Ampliar a demanda de alimentos por parte da população em situação de vulnerabilidade social;
- (ii) Incentivar o crescimento da oferta de alimentos baratos por meio do apoio à agricultura familiar, do incentivo à produção para o autoconsumo e de um conjunto de medidas de política agrícola que tenham a segurança alimentar e nutricional da população como um objetivo estratégico;
- (iii) Implantar programas emergenciais para atendimento daquela parcela da população excluída do mercado de trabalho.

O PAA permite a compra de alimentos com dispensa de licitação e que são distribuídos entre a rede socioassistencial e a formação de estoques públicos e de agricultura familiar. Esse programa é realizado com fundamento em uma abordagem multidimensional que compreende quatro diferentes eixos de intervenção, destacados no trabalho de Grisa et al. (2010) e resumidos no Quadro 1.

Ainda em 2012, mais uma modalidade foi incorporada ao programa, denominada PAA Compra Institucional, com valor máximo de até R\$ 8.000,00 por ano/produtor, podendo chegar a R\$ 20.000 por Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP). Destina-se a atender as demandas de instituições públicas, como restaurantes universitários, unidades prisionais, hospitais, academias de polícia, etc., em que qualquer órgão público, independentemente de sua abrangência, poderá fazer aquisições por meio dessa modalidade de produtos da agricultura familiar.

Quadro 1 – Modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Sigla	Modalidade	Ementa
CDAF	Compra Direta da Agricultura Familiar	Possibilita a aquisição de alimentos pelo governo federal, a preços de referência, de produtores organizados em grupos formais (cooperativas e associações) ou informais, inserindo os agricultores familiares no mercado de forma mais justa, via compra direta de sua produção, a fim de constituir reserva estratégica de alimentos. É operada pela CONAB com recursos do MDS e do MDA. Valor comercializado por agricultor/ano: R\$ 8.000,00.
CPR Doação	Compra para Doação Simultânea	Destina-se a promover a articulação entre a produção de agricultores familiares e as demandas locais de suplementação alimentar e nutricional de escolas, creches, abrigos, albergues, asilos, hospitais públicos e outros, e dos programas sociais da localidade, tais como bancos de alimentos, restaurantes populares e cozinhas comunitárias, resultando no desenvolvimento da economia local, no fortalecimento da agricultura familiar e na geração de trabalho e renda no campo. Esta modalidade também é conhecida por Compra Direta Local da Agricultura Familiar (CDLAF), quando é operacionalizada por governos estaduais e municipais, ou por Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea (CPR Doação), operacionalizada pela Conab com recursos do MDS. Valor comercializado por agricultor/ano: R\$ 4.500,00.
CPR – Estoque	Formação de Estoque pela Agricultura Familiar	Visa adquirir alimentos da safra vigente, próprios para consumo humano, oriundos de agricultores familiares organizados em grupos formais para formação de estoques em suas próprias organizações. É operada pela CONAB com recursos do MDA e MDS. Valor comercializado por agricultor/ano: R\$ 8.000,00.
IPCL	Incentivo à Produção e Consumo do Leite (PAA Leite)	Destina-se a incentivar o consumo e a produção familiar de leite, visando diminuir a vulnerabilidade social, combatendo a fome e a desnutrição, e contribuir para o fortalecimento do setor produtivo familiar mediante a aquisição e distribuição de leite com garantia de preço. É operada pelos estados da Região Nordeste e de Minas Gerais com recursos do MDS (85%) e dos próprios estados. Valor comercializado por agricultor/semestre: R\$ 4.000,00.
CIT	Compra Institucional	Modalidade voltada para a compra de alimentos do PAA pelos órgãos da união, dos estados, Distrito Federal e municípios através de chamadas públicas, com seus próprios recursos financeiros e dispensa de procedimento licitatório. Valor comercializado por agricultor/ano: R\$ 4.500,00

Fonte: Grisa et al. (2010, p. 141).

Ainda no ano de 2015, foi sancionado o Decreto nº. 8.473, de 22 de junho de 2015, que estabelece, no âmbito da administração pública federal, o

percentual mínimo de 30% destinado à aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares e suas organizações

a partir de 1º de janeiro de 2016 (MDA, 2019).

Um dos projetos do PAA com maior repercussão realizado em meados da década de 2000 foi instalado no Rio Grande do Sul, mais especificamente na cidade de Pelotas, com 3.600 famílias participantes, sendo 2.600 beneficiárias do programa, que receberiam os alimentos, e 1.000 famílias produtoras, como fornecedoras de alimentos credenciados pelo PAA (BECKER; ANJOS, 2010). Esse dado demonstra a importância do programa, pois foram muitas pessoas beneficiadas, o que comprova que o funcionamento do PAA deve ser instalado e aprimorado para atender a cada vez mais famílias, pois é capaz de gerar renda e ainda fornecer alimentos a parte da população em condições desfavoráveis de alimentação, cumprindo com os seus princípios e objetivos.

Mesmo que o programa tenha um grande peso e cumpra com sua função, no estudo de Hespanhol (2013), em uma análise do PAA em termos nacionais, pôde-se constatar que, apesar do avanço do

programa em números de agricultores familiares e pessoas beneficiadas, ainda existem algumas limitações e dificuldades, como, por exemplo, a pouca difusão pelas microrregiões e a falta de conectividade, ou sua pouca existência, entre outras políticas públicas, o crédito rural, e a assistência técnica adequada, que, para o autor, são primordiais para a continuidade do programa e para a participação dos produtores. Contudo, pontos positivos também foram ressaltados, pois as compras governamentais acabam incentivando a diversificação de produto e o aumento da produção destinada à alimentação da família, valorizando os hábitos alimentares regionais e fortalecendo o associativismo e o cooperativismo.

Nesse contexto, pode-se observar a grande importância do instrumento de política pública como forma de promover o desenvolvimento rural, não ficando restrito apenas à parte econômica, mas abrangendo também a qualidade de vida das pessoas, tanto dos agricultores familiares quanto dos beneficiados pelo programa (BECKER; ANJOS, 2010).

3. METODOLOGIA

Para a realização do presente estudo, foram entrevistados 4 grupos de informantes envolvidos no processo de aplicação do programa, 1 representante do Exército brasileiro, 7 agricultores que participam do PAA no município de Dom Pedrito, 1 representante da Emater e 2 gestores da associação de agricultores familiares, que geraram os resultados descritos nos próximos tópicos desta seção.

Este trabalho está vinculado aos projetos desenvolvidos pelo Núcleo de Estudos e Pesquisa em Agroecologia e Manejo e Conservação do Solo (NASOL), ligado à Universidade Federal do Pampa. O projeto guarda-chuva que deu origem a este estudo tem como título “Agricultura Familiar e possibilidades relacionadas à Diversificação Produtiva e Prestação de Serviços Ecológicos”.

A escolha desse universo de estudo encontra par na importância que as políticas públicas têm para fomentar a agricultura familiar local (MAIA et al, 2019) e na falta de estudos empíricos que elucidem essa questão. Embora o município de Dom Pedrito possua em seu território vastas áreas com plantio de monoculturas, percebe-se, também, um movimento em curso de ampliação

e valorização das atividades da agricultura familiar local.

3.1 Tipo de pesquisa

Quanto à forma de abordagem, este estudo se caracteriza como uma pesquisa exploratória qualitativa com base em dados primários.

Estudos de caráter exploratório são caracterizados por uma análise ampla e complexa sobre o tema ou problema, e pesquisas desse tipo têm o intuito de elevar o conhecimento para formar novas ideias e hipóteses, buscando a familiarização com o tema e permitindo que o escritor formule mais precisamente problemas para a realização de novas pesquisas (MALHOTRA, 2001; GIL, 2009).

Segundo Mattar (2001), os métodos abrangidos pela pesquisa exploratória são mais amplos e versáteis, podendo conter levantamento de dados secundários, experiências e estudos de casos.

No que tange à pesquisa qualitativa, para Gil (1999), essa abordagem pode ajudar o pesquisador a formular uma análise complexa de um contexto mais amplo, aproveitando todas as questões relacionadas ao

fenômeno, com o intuito de valorizar ao máximo possível o contato com o ambiente e com o fenômeno estudado, coletando o máximo de informações possíveis para, posteriormente, realizar as análises pertinentes.

3.2 Universo de pesquisa

O presente trabalho foi realizado no município de Dom Pedrito, Rio Grande do Sul, localizado na Região da Campanha, situado com as coordenadas geográficas latitude 30° 58' 58" S, longitude 54° 40' 23" W, altitude 141 m, área de 5194,8 km² e fazendo divisa com os municípios de Lavras do Sul,

Bagé e Santana do Livramento (Figura 1).

Nessa região, situam-se vários agricultores familiares cadastrados no PAA. O município de Dom Pedrito realiza as compras por intermédio do Exército brasileiro, e os agricultores estão vinculados ao programa por meio de um cadastro realizado na Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) na modalidade de associação. Não há trabalhos realizados no município sobre o tema porque o PAA começou a operar em Dom Pedrito recentemente.

Figura 1 - Localização do município de Dom Pedrito, Rio Grande do Sul.



Fonte: Google Maps (2018)

3.3 Coleta de dados primários

As técnicas utilizadas para a coleta de dados primários correspondem a um conjunto de ferramentas e processos que possibilitam captar dados relacionados sobre o fenômeno que se deseja estudar, podendo ser empregados diferentes métodos ao mesmo tempo. Os mais utilizados pelas ciências sociais aplicadas são a entrevista, o questionário e a pesquisa documental, técnicas realizadas para a construção do presente estudo (GIL, 1999; MARCONI; LAKATOS, 2008).

Primeiramente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, que, segundo Fonseca (2002), caracteriza-se pela busca de embasamento teórico em livros, periódicos e artigos científicos publicados e divulgados para que o pesquisador se aprofunde no tema estudado, formulando os objetivos e, posteriormente, construindo a metodologia da pesquisa.

O segundo passo se deu com a elaboração da ferramenta de coleta de dados, que, para este estudo, foi de dois tipos: um questionário elaborado para os agricultores familiares que fazem parte do PAA no município, e um roteiro de entrevista voltado aos

informantes-chave, como gestores do programa, representantes da Emater do município e da prefeitura ligados ao programa, para que fosse possível confrontar as ideias desses sujeitos e entender como o programa funciona para cada uma das partes.

A coleta de dados para o presente estudo se realizou por meio de um questionário semiestruturado aplicado aos agricultores familiares que têm participação no PAA e também com os informantes-chaves mencionados, compostos por gestores e representantes da Emater e da Associação. Nesse tipo de pesquisa, o pesquisado lê o instrumento e o responde diretamente, sem a intervenção do entrevistador. Com essa ferramenta, podem ser coletadas diversas informações, como o perfil socioeconômico de cada agricultor e a atuação no programa.

A aplicação de um questionário semiestruturado em conjunto com uma entrevista não estruturada, para Fonseca (2002), consiste em uma técnica capaz de revelar as características verídicas de como os fatos relatados pelos entrevistados ocorrem na realidade, não somente com a utilização de dados

estatísticos, mas também com análise interpretativa de dados.

Para finalizar, após a realização da coleta, os dados foram analisados, tabelados e transformados em imagens gráficas quando possível e descritos por meio da técnica de análise.

3.4 Análise de dados

Para a análise dos dados coletados, escolheu-se a técnica conhecida como análise textual de discurso, caracterizada por Moraes e Galiazzi (2006) como:

[...] uma abordagem de análise de dados que transita entre duas formas consagradas de análise na pesquisa qualitativa que são a análise de conteúdo e a análise de discurso. Existem inúmeras abordagens entre estes dois polos, que se apoiam de um lado na interpretação do significado atribuído pelo autor e de outro nas condições de produção de um determinado texto (MORAES; GALIAZZI, 2006, p. 118).

A análise textual de discurso é um processo complexo e que demanda tempo, mas é considerada uma das melhores técnicas de análise para pesquisas qualitativas, principalmente por transitar do empírico ao científico.

O processo é iniciado com a separação do texto em unidades de análise por meio de seus significados, formando inúmeros conjuntos e podendo gerar novos por meio da locução empírica obtida com o que o pesquisador deseja demonstrar com

determinada análise. Posteriormente, segue-se com a categorização desses conjuntos, reunindo unidades com significados semelhantes e podendo gerar diferentes níveis de categorias de análise. Com isso, são gerados textos analíticos que compõem os textos interpretativos do estudo, como completam Moraes e Galiazzi (2006):

A análise textual discursiva tem no exercício da escrita seu fundamento enquanto ferramenta mediadora na produção de significados e por isso, em processos recursivos, a análise se desloca do empírico para a abstração teórica, que só pode ser alcançada se o pesquisador fizer um movimento intenso de interpretação e produção de argumentos (MORAES; GALIAZZI, 2006, p. 118).

Por fim, é por meio do emprego dessa ferramenta de análise que se possibilita a construção de argumentos que exigem esforço e participação contínua do pesquisador para que seja possível fazer correlações entre os discursos e tornar o texto complexo, indo além do que é óbvio e chegando ao que é intrínseco ao tema estudado, aliando a teoria já existente à análise dos dados coletados (SANTOS; GALIAZZI; SOUZA, 2017), para que cada vez mais sejam compartilhadas informações sobre o programa, demonstrando sua importância e eficácia no que se refere ao que foi destinado realizar, ou seja, fomentar a agricultura familiar aliada à segurança alimentar de pessoas em situações de risco.

4. RESULTADO E DISCUSSÃO

4.1 O início do PAA no município: visão dos informantes-chave

De acordo com os relatos dos entrevistados, o projeto surgiu a partir do interesse da 3ª Companhia de Engenharia Combate Mecanizada do município, que, ao procurar alguns agricultores, demonstrou disposição para comprar a sua produção. Contudo, para isso, seria necessária a criação de uma associação para que fosse elaborado um projeto, de modo que, quando fosse lançada a chamada pública do Exército brasileiro, o grupo de agricultores pudesse ter acesso ao programa.

Logo após o contato entre o Exército e os agricultores familiares, surgiu uma associação dos produtores familiares de Dom Pedrito, criada para auxiliar os agricultores no desenvolvimento do projeto para participação no PAA e para a gestão das atividades. Após a formação da associação, a Emater do município de Dom Pedrito foi acionada pelos representantes da associação para que o projeto fosse escrito e concluído e fossem feitos todos os

encaminhamentos necessários para a participação dos agricultores no PAA.

O papel da Emater, segundo o que relatou o responsável pela instituição, foi trabalhar o associativismo desde o início, quando se pensou em participar do PAA por meio de uma associação. Hoje, não existe mais um contato direto entre a entidade e a associação, pois os responsáveis pela gestão optaram por contratar uma assessoria jurídica e contábil privada, o que, para os responsáveis, era algo necessário para melhor atender as necessidades da associação.

A questão mais relatada e destacada pelos pesquisados foi a de que em nenhum momento a prefeitura municipal mostrou interesse em apoiar ou auxiliar o processo. Somente após alguns anos de funcionamento da associação a prefeitura buscou representantes com o intuito de levar a proposta da formação de uma nova associação para que fosse possível a sua participação. Contudo, essa proposta foi rejeitada tanto pelos representantes da associação quanto pelos agricultores.

De acordo como o que foi relatado pela prefeitura municipal de Dom Pedrito, por meio da representante do setor de licitações, o município fez, de forma irregular, em 2017, uma chamada pública para a aquisição de alimentos da agricultura familiar justamente por falta de informações, pois, ao receber uma visita de inspeção da vistoria, foi informado ao setor que apenas participando do PAA a prefeitura poderia adquirir produtos da agricultura familiar para a secretaria de assistência social, não havendo nenhum tipo de ação até o momento para a adesão da prefeitura ao programa.

Ainda, como ressaltado pelos gestores e pelo exército, os únicos envolvidos para que o projeto funcionasse foram os agricultores que formaram a associação com o auxílio da Emater e a 3ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada do município, que hoje é a única instituição que

adquire os produtos da agricultura familiar por meio da modalidade de compra institucional do PAA, sendo a principal responsável por inflar o movimento de implantação do programa no município, buscando valorizar o agricultor familiar e o consumo de produtos de qualidade produzidos no próprio município.

4.2 Características dos agricultores do PAA em Dom Pedrito

Os agricultores que fazem parte do PAA no município têm como principais características o baixo grau de instrução –grande parte dos pesquisados cursou apenas o ensino fundamental, salvo um agricultor, que possui ensino superior completo –, idade superior a 35 anos e participação recente no programa – cerca de um ano –, como pode ser observado no Quadro .

Quadro 2 – Características dos agricultores participantes do PAA em Dom Pedrito.

Produtor	Idade	Tempo no Programa	Mão-de-obra Familiar empregada	Produtos
1	37	1 ano	2 pessoas	Melão e tomate
2	60	1 ano	4 pessoas	Couve-flor, tomate cereja, brócolis, repolho e rúcula
3	38	1 ano	1 pessoa	Alface, couve, mostarda, tempero verde, espinafre e repolho
4	68	1 ano	7 pessoas	Couve, alface, tempero verde e limão
5	45	1 ano	3 pessoas	Queijo
6	37	Menos de 1 ano	2 pessoas	Salame, linguiça e charque
7	50	1 ano	3 pessoas	Alface, beterraba, tempero verde, couve, cebola, alho, repolho roxo e repolho verde

Fonte: dados da pesquisa (2019).

Além do que já foi citado, pode-se notar, também pelo Quadro 2, que o emprego da mão de obra familiar é um fator importante, pois todos os agricultores possuem essa característica, salvo o agricultor 3, que trabalha sozinho na produção. Isso demonstra que o PAA pode ajudar as famílias rurais a manter um padrão de vida bom o suficiente para suprir as suas necessidades básicas, envolvendo não somente o responsável pela propriedade, mas, sim, todos da família com condições de trabalhar no cultivo dos produtos, como se constatou no estudo de Mattei (2007), que acredita que o programa

é um grande aliado para melhorar o nível de renda e, conseqüentemente, a qualidade de vida de agricultores que, antes, tinham dificuldade no acesso ao mercado e aos meios de produção.

Nesse contexto, Grando e Ferrera (2013), em estudo sobre a relação do Rio Grande do Sul com o programa, afirmam que, além de cumprir a função alimentar e nutricional, o programa também exerce a função de integrador social para o combate à pobreza e à miséria no meio rural, integrando ao mercado agricultores que antes ficavam à margem e propondo sistemas de produção diversificada.

Essa questão também foi abordada por Becker, Anjos e Bezzerá (2010) em estudo sobre o impacto do programa na segurança alimentar e desenvolvimento rural, no qual os autores puderam constatar que relacionar os agricultores com organizações sociais acaba capacitando-os para enxergar a realidade em que estão inseridos de uma forma diferente, fazendo

com que os agricultores sejam capazes de considerar alternativas diferentes para planejar e realizar suas atividades. O fato de estar produzindo para outras pessoas acaba gerando nos agricultores uma sensação de pertencimento à sociedade, e não mais o sentimento de ser apenas mais um entre tantos outros.

Figura 2 – Produtos ofertados ao PAA pelos agricultores pesquisados.



Fonte: Imagens coletadas pelo autor.

Corroborando com os estudos de Nascimento et al. (2019), realizado no mesmo município do presente trabalho, e Grando e Ferreira (2013), conduzido no estado do RS, pode-se citar como característica importante dos agricultores familiares do município a diversificação da produção familiar, que não é focada apenas em hortaliças ou produtos minimamente processados, envolvendo também a produção de alimentos com maior grau de processamento, como queijos, salames, charques e linguiças, que necessitam de

uma estrutura de fabricação e conservação maior, como pode ser observado nas Figuras 2A e 2B. Tudo o que é produzido pelos agricultores do PAA atende o que é exigido na chamada pública do Exército.

4.3 A percepção dos agricultores familiares sobre o PAA

O PAA está em execução no Brasil desde o ano de 2003, beneficiando inúmeros agricultores familiares. Contudo,

como qualquer outra política pública, o programa possui limitações que acabam interferindo no seu andamento e na adesão por parte dos agricultores, questão que pode explicar a ausência do programa em alguns municípios (AGOSTINI, BOURSCHEIDT, 2018).

Os agricultores pesquisados neste estudo, quando questionados sobre quais são as principais dificuldades encontradas por eles para a adesão e para o andamento do programa, relataram que existem alguns problemas, como falta de organização do programa, falta de informação, poucas reuniões entre associação e agricultores e escolha das áreas favorecidas.

A participação do poder público, com mais políticas de fomento, e a discussão sobre os principais pontos que devem ser melhorados são fundamentais para o andamento do programa. A falta de informação, a desorganização do projeto e a escolha das áreas favorecidas foram os itens mais citados pelos agricultores participantes desta pesquisa, questões que vão ao encontro do que foi relatado por Grisa et al. (2011), que acreditam que uma das principais dificuldades do programa é a falta de informação e de explicações mais diretas para os agricultores em relação ao programa, questões que vão desde para que serve o programa até os procedimentos e

burocracias necessários para a participação ou para a implementação do PAA nos municípios. Ainda relatam que, em casos específicos, os agricultores participam de associações que destinam seus produtos ao PAA, mas têm conhecimento sobre isso.

Além disso, Cordeiro (2007) enfatiza que, na grande maioria dos estudos sobre as dificuldades do programa, são encontrados relatos sobre a dificuldade de entender o funcionamento do programa por falta de informações e de como se encaixar nas áreas favorecidas, o que acaba gerando, por parte dos agricultores e das associações, um olhar de desorganização e falta de estrutura sobre o programa, como relatado pelos pesquisados no presente estudo.

Além das dificuldades descritas anteriormente, os agricultores também foram questionados sobre sua percepção acerca do retorno dado pelas entidades em relação a segurança, saúde e qualidade de vida. Segundo suas respostas, os agricultores não perceberam nenhuma mudança ou retorno sobre as questões, uma unanimidade entre os pesquisados.

Os excertos a seguir evidenciam essa perspectiva dos entrevistados:

A falta de informação é o grande problema para o acesso ao programa, não existe retorno para os itens: segurança, saúde e qualidade de vida, a Emater do município

participou somente da parte burocrática do programa, e a prefeitura local não tem nenhuma participação, existe falta de atenção do poder público e ausência de políticas públicas. (Entrevistado 2, Dom Pedrito, RS, 60 anos).

Essa percepção pode ser explicada devido ao pouco tempo de execução do programa no município (2018) e ao número pequeno de agricultores que estão inseridos nas atividades do PAA. A percepção de melhora da qualidade de vida se relaciona ao aumento da renda com a participação do programa, e não ao retorno de entidades e instituições públicas, umas das principais questões abordadas no estudo de Carvalho (2016), que afirma que, para o agricultor familiar que participa do programa, a principal vantagem está relacionada ao aumento da renda e à certeza de ter mercado para a sua produção.

Além disso, os pesquisados relataram que, na sua visão, as entidades e instituições públicas do município, como prefeitura e Emater, têm pouca participação no programa, o que é considerado pelos agricultores como umas das principais dificuldades para a operacionalização do programa, pois, sem colaboração desses órgãos, o avanço do programa se torna ainda mais difícil, tendo em vista que a associação de agricultores sozinha não possui poder político para

adequar-se ao programa e, conseqüentemente, conseguir que mais agricultores conheçam e façam parte do programa, atingindo um número maior de famílias que estejam dispostas a participar e atender a demanda do programa (GRISA et al., 2011).

Os excertos a seguir demonstram essa questão:

A Emater e a prefeitura pouco participam do programa, a ausência destas duas entidades dificultam muito a organização e o desenvolvimento do PAA no município. A associação é barrada em alguns momentos para tomar determinadas ações, e a mesma não tem poder político para levar o programa adiante o que é um grande entrave (Entrevistado 7, Dom Pedrito, RS, 50 anos).

Contudo, questões relacionadas a logística, item encontrado em alguns estudos como uma dificuldade, não foi relatado pelos agricultores de Dom Pedrito (AGOSTINI; BOURSCHEIDT, 2018; GRISA et al., 2011). A entrega e o deslocamento dos produtos da propriedade até o destino, de acordo com o relato dos agricultores familiares, é um processo bem organizado, em que a presidente da associação fica responsável por reunir, uma vez por semana, os alimentos com os agricultores familiares e, posteriormente, realizar a entrega na sede da 3ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada do município, o que demonstra que, apesar de

ainda haver dificuldades, alguns entraves já estão sendo minimizados pelos participantes do programa no município.

Além disso, o PAA, embora ainda tenha algumas limitações, segundo Agostini e Bourscheidt (2018), em 14 anos de execução, ampliou sua atuação devido ao grau de incentivo do poder público no início do programa, tornando-o essencial para o desenvolvimento das famílias que vivem no meio rural, principalmente nas questões que envolvem as famílias e os grupos beneficiados pelas atividades do programa. Ainda acreditam que, se o programa deixar de existir futuramente, as perdas para o desenvolvimento rural dos municípios e das famílias que aderiram ao programa seriam desastrosas, pois seriam extinguidos os benefícios para as famílias produtoras e para quem usufrui da produção da agricultura familiar.

Com isso, os pesquisados foram questionados sobre os principais benefícios que o PAA proporcionou aos agricultores familiares. Verificou-se, então, que os principais itens são a agregação de valor, citada por 6 dos 7 pesquisados; demanda contínua e ter a certeza de que a produção será vendida, citada por 5 dos 7 pesquisados; e o mesmo número de produtores respondendo que o aumento da

renda é um dos principais benefícios observados.

Os benefícios citados pelos produtores que participam do PAA vão ao encontro da pesquisa de Vieira et al. (2010), que, por meio da análise de diversos estudos realizados em diferentes regiões do Brasil, pôde constatar que as principais contribuições do programa se relacionam ao fomento da agricultura familiar com o intuito de melhorar a sua renda e qualidade de vida.

Os excertos a seguir relatam esse ponto:

Mesmo com algumas dificuldades o programa é a principal fonte de renda para os agricultores familiares da associação. A venda certa e contínua para os produtos, o aumento da renda da família, e por fim a agregação de valor aos produtos comercializados são com certeza o combustível para acordar todas as manhãs e ir atrás de uma produção de qualidade. Junto com estes benefícios vale ressaltar a sobrevivência das famílias no campo e a sucessão que garante o futuro da agricultura familiar (Entrevistado 1, Dom Pedrito, RS, 37 anos).

Ainda, segundo o estudo de Vieira et al. (2010), os beneficiados do programa receberam como retorno por fazer parte do PAA aumento da renda, diversificação da produção, redução da dependência em relação aos intermediários e, ainda, por meio das ações voltadas à segurança alimentar, melhora na alimentação de diversas entidades que fazem parte do

programa, como creches, escolas, hospitais, entre outras, gerando uma melhoria na qualidade de vida e da alimentação das pessoas que desfrutaram dos alimentos fornecidos pelo PAA (OLIVEIRA; BERGAMASCO, 2014).

Com isso, pode-se observar que o objetivo principal do PAA está sendo executado no município, fomentando a agricultura familiar e levando desenvolvimento e renda ao agricultor familiar. Apesar do pouco tempo de execução no município, pode-se notar que os agricultores se mostram satisfeitos com

os benefícios e que, se as dificuldades citadas por eles forem supridas, acredita-se que o programa poderia evoluir de forma mais consistente no futuro, pois uma política pública como o PAA é fundamental para a valorização do agricultor familiar, abrindo mercados de comercialização e promovendo a atualização dos processos produtivos com o intuito da diversificação, buscando beneficiar famílias que vivem do meio rural e que dependem de seu próprio esforço em trabalhar com a terra para sobreviver (CARVALHO, 2016).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da realização do presente estudo, pôde-se averiguar diversas características do PAA em Dom Pedrito, desde sua concepção no município até os benefícios gerados tanto para os produtores quanto para quem adquire os produtos da agricultura familiar através da compra institucional, modalidade do programa que se encontra em funcionamento até o momento no município.

Quanto às características dos produtores, averiguou-se que são pessoas com idade mais elevada – acima dos 35 anos até os 68 anos de idade –, com baixo

índice de escolaridade e que sempre estiveram relacionadas com o campo, utilizando somente a mão de obra da família, sem nenhum empregado em todos os casos, caracterizados por uma produção considerável de alimentos e pela presença da diversificação –a maioria dos produtores costuma produzir mais de uma qualidade de produto ou hortaliça.

Foi possível perceber que o programa é extremamente recente no município de Dom Pedrito e, devido à falta de informação e do interesse do poder público municipal e da prefeitura, hoje, o

programa se encontra em evolução consideravelmente lenta, pois ainda é pequeno o número de agricultores que participam do programa, questão que pode ser explicada pela demanda do produtos vir de uma única instituição, que, no caso, é a 3ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada do município, que foi uma das primeiras instituições a demonstrar interesse em participar do programa, buscando os produtores do município e consolidando uma parceria.

De acordo com o relato dos pesquisados, ainda não se percebe nenhum retorno em questões de segurança, saúde e qualidade de vida como uma devolução dos gestores para os produtores familiares. A visão de bem-estar dos participantes do PAA no município se relaciona com o aumento da renda, que, por consequência, aumenta a sensação de bem-estar dos produtores, que conseguem, com a renda extra, adquirir bens e/ou viver melhor do que antes do programa.

Por outro lado, para os produtores, o programa se mostrou excelente para a

melhoria das condições de vida no campo e um auxílio na permanência dos produtores na zona rural, pois beneficiou os agricultores familiares com agregação de valor, demanda contínua, certeza de que a produção vai ser vendida e, como consequência dessas questões, o aumento da renda, que, por sua vez, mesmo que em pequenas proporções, gera benefícios para as famílias rurais do programa.

Do ponto de vista da literatura sobre o tema, o artigo traz estudos de uma região ainda não investigada, atualizando os dados de abrangência do programa e a sua importância para o fortalecimento da agricultura familiar. Acredita-se ser de extrema importância novos estudos que auxiliem na compreensão da estruturação da associação de agricultores familiares que estão aptos a comercializar pelo programa no município como forma de sanar fragilidades atinentes ao capital social.

6. REFERÊNCIAS

ALTEMBURG, S. G. N. **A Comida Invisível: Representações sociais sobre a alimentação escolar entre a comunidade escolar e os agricultores familiares na região de Pelotas, RS.** Tese (Doutorado

em Agronomia). Universidade Federal de Pelotas – UFPel, Pelotas-RS, 2014.

AGOSTINI, A.; BOURSCHEIDT, H. A Implementação do Programa de Aquisição de

Alimentos nos Municípios do Vale do Taquari (RS): uma análise da percepção dos executivos municipais. **Revista de Economia e Sociologia Rural (RESR)**, Piracicaba - SP, v. 56, n. 02, p. 275-292, 2018.

BECKER, C; ANJOS, F. S. Segurança Alimentar e Desenvolvimento Rural: Limites e possibilidades do programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar em municípios do sul gaúcho. **Rev. Segurança Alimentar e Nutrição, Campinas**, 17 (1): 61-72, 2010.

BECKER, C; ANJOS, F. S.; BEZERRA, A. J. A. O impacto do programa de aquisição de alimentos da Agricultura familiar na segurança alimentar e no Desenvolvimento rural. 48º SOBER – Congresso da Sociedade Brasileira de economia, administração e sociologia rural. **Anais...** Campo Grande – MS, 2010.

BERGAMASCO, S. M. P. P.; DELGADO, G. C. **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**, Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário Brasília, 2017.

BEZERRA, G. J.; MADALENA, M. Agricultura familiar como geração de renda e desenvolvimento local: uma análise para Dourados, MS, Brasil. **Interações**, Campo Grande, MS, v. 18, n. 1, p. 3-15, 2017.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil, Lei Nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato

20042006/2006/Lei/L11346.htm. Acesso em: jun./2019.

BRASIL, **Programa de Aquisição de Alimentos – PAA**. Brasília: MDA, 2010. (Caderno Base III Seminário Nacional PAA).

BURLANDY L. A construção da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil: Estratégias e desafios para a promoção da intersectorialidade no âmbito federal de governo. **Ciência Saúde Coletiva**, v. 14, 2009.

CARVALHO, P. R. **Programa de aquisição de alimentos (PAA) em Santana do Livramento/RS: um estudo de caso sobre a experiência local**. Monografia (Bacharelado em desenvolvimento rural e gestão agroindustrial), UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Santana do Livramento - RS, 2016.

CHMIELEWSKA D.; SOUZA, D. LOURETE, A. A. **O programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar (PAA) e as práticas dos agricultores participantes orientadas ao mercado: estudo de caso no estado de Sergipe**. IPE – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2010.

CORÁ, M. A. J.; IZUKA, E. S.; JUNQUEIRA, L. A. P. Políticas Sociais e a Agricultura Familiar no Brasil: Desafios na Construção de Parcerias, Colaboração e Redes Sociais. **Revista NAU Social**, v.7, n.12, p. 83-97, 2016.

CORDEIRO, A. **Resultados do programa de aquisição de alimentos–PAA: a perspectiva dos beneficiários**. Brasília: CONAB, 2007.

ESQUERDO-SOUZA, V. F. de; BERGAMASCO, S. M. P. P. Políticas públicas para a agricultura familiar brasileira: um estudo sobre o PRONAF nos municípios do circuito das frutas – SP. **Revista Extensão Rural**, Santa Maria, RS, v. 22, n. 1, 2015.

FREITAS, A. F.; FREITAS, A. F.; DIAS, M. M. Mudanças conceituais do desenvolvimento rural e suas influências nas políticas públicas. **Revista de Administração Pública (RAP)**. Rio de Janeiro 46(6):1575-97, 2012.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da Pesquisa Científica**. UECE – Universidade Estadual do Ceará, 202, 127p.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GONÇALVES, M. P., CAMPOS, S. T. D., & SARTI, F. M. Políticas públicas de segurança alimentar no Brasil: uma análise do Programa de Restaurantes Populares. **Revista Gestão & Políticas Públicas**, 1(1), 2011.

GRANDO, M. Z.; FERREIRA, G. S. O Programa de Aquisição de Alimentos e sua relação com o Rio Grande do Sul. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 41, n. 1, 2013.

GRISA, C. Desenvolvimento local, políticas públicas e meios de vida: uma análise do programa de aquisição de alimentos (PAA). 47º Sober – Congresso Brasileiro de Economia, Administração e Sociologia Rural. **Anais...** Porto Alegre-RS, 2009.

GRISA, C. et al. O programa de aquisição de alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos e questões para o debate. **Retratos De Assentamentos**, n. 13, p. 137-170, 2010.

GRISA, C. et al. Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos à segurança alimentar e nutricional e à criação de mercados para a agricultura familiar. **Agriculturas**, v. 8, n. 3, p. 34-41, setembro de 2011.

HESPANHOL, R. A. M. Programa de Aquisição de Alimentos: Limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia MG, 25 (3): 469-483, 2013.

MACEDO, A. et al. Agricultura Familiar e a difusa conceituação do termo pesquisadores da Embrapa Hortaliças opinam sobre o tema. **Hortaliças em Revista** - Embrapa Hortaliças Ano III, n. 14, 2014.

MAIA, J. F. NASCIMENTO, S.G.S., HANKE, D. Análise da gestão das atividades desenvolvidas na agricultura familiar. Novas Edições Acadêmicas, 2019.

MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing**. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MARCONI, E. M.; LAKATOS, M. A. **Fundamento da Metodologia Científica**. Atlas, 2005. 315 p.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MATTEI, L. F. Programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar (PAA): percepções de atores sociais do estado de

Santa Catarina. **Cadernos do CEAM** (UnB), v. 7, p. 33-44, 2007.

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/paa>. Acesso em 01 abr. 2019.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. Análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces. **Ciência e Educação**, v. 12, n. 1, p. 117-128, 2006.

OLIVEIRA, A. L. A.; BERGAMASO, S. M. P. P. Análise do programa de aquisição de alimentos (PAA) no Município de Paranaíta, estado de mato grosso, brasil. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, Três Corações, v. 12, n. 1, p. 925-935, 2014.

NASCIMENTO, S. G. S, MANCILHA, V. E., HANKE, D., BECKER, C., e DE ÁVILA, M. R. Diversificação produtiva como estratégia de apoio à segurança alimentar e nutricional entre os agricultores familiares na campanha gaúcha. **Cultura Agrônômica: Revista de Ciências Agrônômicas**, 28(1), 82-96, 2019.

PINHEIRO, A. R. O. **Análise histórica do processo de formulação da política nacional de segurança alimentar nutricional (2003-2006): Atores, ideais, interesses, e instituições na construção de consenso político**. Tese (Doutorado em Política Social), Universidade de Brasília – UnB, Brasília – DF, 2009.

PRONAF - **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. Disponível em <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf>>. Acesso em 23 de novembro de 2018.

SANTOS, A. R.; GALLIAZZI, M. C.; SOUSA, R. S. A análise textual discursiva na pesquisa em educação química: a categorização como possibilidade de ampliação de horizontes. **Revista Iniciação e Formação Docente**, v. 4, ed. 2, 2017.

SCHMITT, C. J. Aquisição de alimentos da agricultura familiar Integração entre política agrícola e segurança alimentar e nutricional. **Revista de Política Agrícola**, n. 2, p. 78-88, 2005.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Hortaliças minimamente processadas**. Série Mercados. SEBRAE/ ESPM, 2008.

SERGIO, S.; ABEL, C. **A Agricultura Familiar No Brasil**. Documento Nº 145 Grupo de Trabajo: Desarrollo con Cohesión Territorial, 2013.

SILVA, J. G.; GROSSI, M. E.; FRANÇA, C. G. **Fome Zero: A experiência Brasileira**. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, Brasília – DF, 2010.

SILVA, S. A. D.; COSTA, M. H. B. C.; GUIMARÃES, S. M. Políticas públicas voltadas para a agricultura familiar: aspectos conceituais. **Revista Acadêmica Conecta FASE**, v. 1, n. 1, 2016.

VEIGA, J. **O Brasil Rural precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento**. Brasília: Convênio FIPE - IICA (MDA/CNDRS/NEAD), Série Textos para a Discussão, agosto, 2001.

VIEIRA, N. S.; FARIA, A. F.; ROSA, P. F. Impactos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na Agricultura Familiar:

uma análise de experiências no Brasil. In:
Encontro Nacional de Pesquisadores em

Gestão Social. **Anais...** Lavras, 2010.